



E&P MOZAMBIQUE AREA 1, LIMITADA

JA! JUSTIÇA AMBIENTAL - Friends of the Earth Mozambique  
Exma. Senhora Dra. Anabela Lemos  
Rua Kamba Simango, n.º 184  
Maputo

Maputo, 29 de Julho de 2020

Ref.: SP-2020-00616

**Assunto:** Mozambique LNG

Exma. Senhora Anabela,

Acusamos a recepção da vossa carta datada de 13/5/2020 sobre o Projecto Mozambique LNG, que levanta questões relacionadas a (i) mudanças climáticas, (ii) liderança, representação e engajamento da comunidade, (iii) reassentamento, incluindo compensação e (iv) a gestão da pandemia do coronavírus pelo projecto (COVID-19).

Como é do vosso conhecimento, a Total adquiriu uma participação de 26,5% na concessão da Área 1 e no Projecto Mozambique LNG (Projecto) em 27 de Setembro de 2019 e, conseqüentemente, a Total E&P Mozambique Area 1 Lda. ("TEPMA1") assumiu a qualidade de operadora do Projecto a partir dessa data.

O projecto inclui o desenvolvimento dos campos "Golfinho e Atum" e a construção de duas unidades de liquefacção com capacidade total de 13,1 milhões de toneladas por ano (Mt/a) na península de Afungi, Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado.

Em referência à vossa carta, o Projecto preocupa-se com o facto desta incluir certas especulações, imprecisões e aproximações e, portanto, gostaríamos de fornecer respostas fundamentadas. Usamos as perguntas contidas no vosso Anexo II como estrutura para a nossa resposta e verá que esta igualmente abrangerá muitas questões levantadas na vossa carta e respectivo Anexo I.

Ao elaborar a nossa resposta, é importante notar que o Projecto engaja-se regularmente com as organizações da sociedade civil que constituem a Plataforma da Sociedade Civil de Palma. Esses engajamentos incluíram visitas a Vila de Quitunda e a zona de substituição de terras agrícolas. Recentemente, o Projecto recebeu uma visita da JA! no local do Projecto. Incentivamos essas reuniões para apoiar o Projecto e outras partes interessadas a resolver os problemas à medida que surgirem.

Embora ocorra engajamento regular em Palma, gostaríamos de lembrar-vos que o Projecto busca engajamento directo e igualmente fornece actualizações trimestrais de desempenho ambiental e social para

TOTAL E&P Mozambique Area 1, Limitada

Headquarters : Av. Julius Nyere, n° 3412, JN Office Park, Maputo, Mozambique

Phone number : +258 21 500 000

TOTAL Classification: Restricted Distribution

TOTAL - All rights reserved

2.

organizações da sociedade civil em Maputo. Apraz-nos-ia reunirmo-nos convosco para discutir as questões levantadas na vossa carta e gostaríamos de contar com a presença da JAI nas actualizações trimestrais de desempenho ambiental e social.

Esperamos poder comunicarmo-nos mais com a vossa organização.

Atenciosamente,



Cc: Sr. Manuel Passar, JAI Palma - [m.passar.lu@gmail.com](mailto:m.passar.lu@gmail.com)



## Anexo - Respostas às Perguntas Contidas na Carta da JA! (Anexo II)

### **1. Meio Ambiente e Mudanças Climáticas**

- (i) Como justificam a vossa insistência em explorar combustível que contribuem para a crise climática, que já está a tirar muitas vidas, especialmente em países como Moçambique?**

#### Meio Ambiente

A TEPMA1 reconhece que um projecto dessa escala requer muita atenção para, sempre que possível, evitar, minimizar ou compensar os impactos ambientais e sociais.

Foi concluída a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) em Junho de 2014 e está disponível na página do Projecto (<https://www.mzlng.total.com/sustainability/environment/environmental-licensing/environmental-impact-assessment>). Após a conclusão da AIA, o Projecto realizou uma variedade de estudos, avaliações, entre outros. Juntos, os resultados deste trabalho adicional são apresentados no Resumo do Estudo de Impacto Ambiental e Social (ESHIA), finalizado em Maio de 2019, disponível no seguinte endereço: [https://www.mzlng.total.com/sites/g/files/wompnd1596/f/atoms/files/mz-000-am1-hs-rpt-00002\\_eshia\\_executive\\_summary\\_and\\_update-05-19-2020.pdf](https://www.mzlng.total.com/sites/g/files/wompnd1596/f/atoms/files/mz-000-am1-hs-rpt-00002_eshia_executive_summary_and_update-05-19-2020.pdf).

#### Mudanças Climáticas

A JA! levanta a questão da compatibilidade do projecto com a política climática da Total. Como reflectido nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, bem como no Acordo de Paris, a acção climática deve ser articulada com o objectivo de erradicar a pobreza. Esse duplo desafio reflecte-se na meta da Total de se tornar, de forma responsável, um dos principais actores no sector de energia, fornecendo energia mais confiável, acessível e limpa ao maior número de pessoas possível.

Apesar da redução temporária na procura de energia durante a crise do Covid-19, o consumo global de energia deve continuar a aumentar para responder às necessidades de uma população cada vez maior e em desenvolvimento. Cenários de energia, alinhados com o objectivo do Acordo de Paris de manter os aumentos da temperatura global “muito abaixo dos 2°C”, como mostrado pelo “Cenário de Desenvolvimento Sustentável” (SDS) publicado pela Agência Internacional de Energia, que mostra que o gás natural continuará a ter um lugar significativo na matriz energética mundial nas próximas décadas.

O gás emite metade do gás de efeito de estufa do carvão na geração de energia. Nos mercados emergentes, que ainda dependem muito do carvão, ela oferece uma solução imediata e acessível para combater o aumento das emissões de gases de efeito de estufa. É igualmente um complemento natural às energias renováveis, de natureza intermitente e sazonal, garantindo assim a consistência do produto/geração de electricidade.

O Projecto tem as emissões mais baixas do que a média de projectos de GNL de tamanho semelhante, graças à sua arquitectura “submarina para a terra” e ao baixo conteúdo nativo de CO<sub>2</sub> no gás. Desde que a TEPMA1 se tornou operadora em 2019, e como parte dos compromissos climáticos da Total, o Projecto tem concentrado seus esforços em melhorar ainda mais a eficiência energética e reduzir a emissão de carbono nas suas actividades, através de turbinas de baixa emissão de CO<sub>2</sub> para unidades de geração e recuperação de calor produzido por essas turbinas. Essas acções ajudarão a reduzir as emissões do Projecto em mais do equivalente a 0,5 milhão de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano, elevando o total de emissões anuais para o equivalente a 3,4 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>. Acções adicionais estão a ser actualmente estudadas bem



como medidas para compensar as emissões do Projecto com medidas desenvolvidas em cooperação com as Equipas de Soluções Baseadas na Natureza da Total.

Detalhes sobre as aspirações climáticas do Grupo Total podem ser encontrados na última edição do Relatório sobre o Clima da Total.

## **2. Liderança, Representação e Envolvimento Comunitário**

**(ii) Considerando os conflitos existentes sobre a representatividade dos líderes na comunidade de Senga, quais são as medidas concretas que a empresa está a tomar para garantir que a situação não continue seguindo um caminho de ruptura social e conflito exacerbado?**

### *Diálogo Comunitário*

O engajamento inclusivo, transparente e abrangente das partes interessadas é a base para a construção de relacionamentos baseados em confiança com as partes interessadas no projecto e para garantir que as partes afectadas pelo projecto estejam cientes e compreendam o processo de desenvolvimento do projecto (incluindo gestão de impactos e riscos ambientais e sociais) e sejam capazes de participar e se beneficiar do desenvolvimento do projecto. Nesse sentido, o desenvolvimento de boas relações com comunidades locais é a base para as fases de construção e operações do projecto. Desde o início, o Projecto procurou comunicar-se com todas as partes interessadas da comunidade e organizações da sociedade civil. Esta abordagem é definida no Plano de Engajamento das Partes Interessadas do Projecto, que cumpre os requisitos da legislação moçambicana e aos padrões internacionais relevantes, incluindo a Política da Corporação Financeira Internacional (IFC) sobre Sustentabilidade Ambiental e Social.

A equipa de Engajamento das Partes Interessadas da Comunidade possui 48 funcionários, que trabalham em regime rotativo, incluindo 30 Oficiais de Ligação com a Comunidade e quatro oficiais de reclamações. Ademais, o Projecto envolve 40 Facilitadores da Comunidade e igualmente trabalhou com as Comunidades Afectadas pelo Reassentamento para estabelecer Comitês Comunitários de Reassentamento (70 moradores de 5 comunidades) para garantir um envolvimento contínuo no tocante à implementação do Plano de Reassentamento.

Os Oficiais de Ligação com a Comunidade (CLOs) e os Facilitadores da Comunidade são designados para as comunidades específicas como o principal canal de envolvimento dos líderes das aldeias, líderes religiosos, famílias, homens, mulheres e jovens. Indivíduos, famílias e grupos comunitários são incentivados a levantar preocupações, questões e queixas por meio de seus CLOs ou por meio de uma linha de ajuda dedicada. Em média, ocorrem 500 reuniões com membros da comunidade todos os meses.

As principais questões abordadas pelas comunidades incluem:

- Planeamento e desenvolvimento de conteúdo
- Desenvolvimento de um plano de actividade trimestral contínuo do projecto para garantir a visibilidade das actividades e informar sobre as actividades de planeamento e do engajamento das partes interessadas.
- Identificação e promoção de vários meios de engajamento, incluindo o desenvolvimento da equipa de engajamento das partes interessadas da comunidade, materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC), rádios comunitárias e produções teatrais.
- Desenvolvimento de materiais de IEC sobre todas as actividades do projecto - incluindo planos de construção, ambientais e sociais - para apoiar todas as actividades de engajamento.
- Estabelecer e manter quadros de avisos da comunidade e nkutano (espaços de reuniões da comunidade)



Ademais, é assegurado um diálogo aberto com as organizações da sociedade civil (OSC) e organizações não-governamentais (ONGs) aos níveis nacional, provincial e distrital. Reuniões individuais são organizadas com as OSC/ONGs, além de reuniões periódicas de actualização. Em Palma, os parceiros do projecto procuram ter reuniões mensais com a Plataforma da Sociedade Civil de Palma.

Esses compromissos reflectem a importância da sociedade civil e das ONGs como partes interessadas no projecto. O diálogo contínuo demonstra a vontade de garantir a transparência no desenvolvimento do projecto.

#### *Mecanismo de Reclamações da Comunidade*

O Projecto estabeleceu um Mecanismo de Reclamações da Comunidade, através do qual as comunidades locais podem apresentar as suas reclamações e preocupações. As reclamações recebidas até hoje concentram-se em questões de compensação e, em particular, na verificação de activos de machambas (ou seja, contagem de culturas anuais e perenes), atrasos no pagamento da compensação em comparação com a data da assinatura dos acordos dos agregados familiares; e reivindicações de danos.

#### *Comunidades de Senga*

Assumimos que a vossa referência a perturbações sociais e conflitos associados à representatividade dos líderes de Senga se refere à disputa de longa data entre o líder reconhecido pelo governo e um outro indivíduo que, entendemos, procura assumir a liderança e, portanto, a representação da comunidade. O Projecto engaja-se com todas as partes interessadas da comunidade, independentemente da posição, conforme estabelecido no Plano de Engajamento das Partes Interessadas do Projecto. No entanto, é também reconhecido que, para certas actividades, o Projecto deve engajar-se com os líderes oficialmente reconhecidos da comunidade.

### **3. Reassentamento, Compensação e Desenvolvimento Socioeconómico**

- (iii) Nenhuma das famílias reassentadas, até hoje, recebeu terra para a prática de agricultura e produção de comida. Qual o motivo desse atraso? Estará a Total ciente de que a situação actual imposta a essas famílias inviabiliza sua sobrevivência e subsistência?
- (iv) As negociações para adquirir terras de compensação nas comunidades de Senga, Monjane e Macala ainda estão em curso (desde 2018). Quanto tempo levará para concluir essas negociações?

#### *Reassentamento*

A garantia de terras para a construção e operação do Projecto e do Projecto Mozambique LNG envolve o deslocamento físico da comunidade de Quitupo, bem como o deslocamento económico de famílias que cultivam terras dentro da área do projecto. Além da construção de infraestruturas *nearshore* e *offshore*, as operações do projecto envolverão o deslocamento económico de colectores entre marés e actividades de pesca comercial. A realocação ocorre apenas quando o processo de consulta é concluído e o pagamento da compensação é efectuado.

O Plano de Reassentamento, datado de 27 de Maio de 2016, foi aprovado pelo Governo de Moçambique em Novembro de 2016 e está disponível online em: (<http://www.mzlng.com/Responsibility/Resettlement/Resettlement-Plan/>). A construção da vila substituta



(Quitunda) começou em 2018. A entrega da vila e o primeiro reassentamento ocorreram em Julho de 2019 e a Fase 1 do reassentamento está concluída.

O processo de reassentamento do projecto é conduzido de acordo com o Padrão de Desempenho 5 do IFC, que é um dos mais rigorosos nesse campo. O objectivo principal do reassentamento é melhorar ou restaurar os meios de subsistência e os padrões de vida das pessoas deslocadas. Isso é feito por meio de uma combinação de actividades tradicionais e de novos meios de subsistência adequados ao contexto familiar.

Vale ressaltar que a maioria das famílias pratica meios de subsistência diversificados, incluindo uma combinação de agricultura, pecuária, colecta entre marés, pesca, negócios e, mais recentemente, emprego no projecto. No que diz respeito à agricultura, a maioria dos agregados familiares afectados pratica sistemas de cultivo de mudas de pouso curto, envolvendo o cultivo de várias áreas em vários estágios de reversão para vegetação secundária.

No que diz respeito à questão dos atrasos no fornecimento de terras agrícolas de substituição, note-se que o Governo Distrital é legalmente responsável pelo fornecimento de Terras Agrícolas de Substituição. A TEPMA1, como operadora, apoiou activamente o Governo Distrital para identificar, proteger, pesquisar e alocar Terras Agrícolas de Substituição desde o quarto trimestre de 2017. Foram identificadas duas áreas que envolvem as comunidades de Mondlane, Senga e Macala. Houve atrasos na distribuição de terras agrícolas de substituição para as famílias afectadas pelo acesso e realocação da terra da Fase 1, atribuíveis a situações fora do controlo do Projecto:

- ataque de insurgentes em Mondlane no quarto trimestre de 2017, o que levou à interrupção temporária das actividades;
- em 2018, o Projecto iniciou a implementação da limpeza mecânica da terra, mas houve interrupção no quarto trimestre de 2018 por exigências de compensação relacionadas ao uso da terra;
- no primeiro trimestre de 2019, o projecto procurou reiniciar essas actividades através da facilitação de reuniões entre requerentes, comunidades e governo distrital, mas ataques de insurgentes impediram a participação das autoridades relevantes do governo distrital; e
- paralisação dos trabalhos em Março de 2020 devido ao COVID-19.

Dados os atrasos na alocação de terras agrícolas de substituição, a TEPMA1, como operador, forneceu às famílias deslocadas fisicamente cestas básicas de transição para garantir que os potenciais impactos do acesso reduzido às áreas agrícolas sejam mitigados. Finalmente, o processo de alocação de terras às famílias hospedeiras e aos agregados familiares realocados de Quitunda já está finalizado.

### *Compensação*

O processo para identificar potenciais áreas para servir como terras agrícolas de substituição envolveu vários critérios, incluindo proximidade, uso da terra e adequação da terra agrícola. Após a identificação de potenciais áreas, as comunidades cujo território essas terras estavam localizadas participam de processos para definir limites territoriais e ceder terras para uso como terras agrícolas de substituição para famílias afectadas pelo reassentamento. Enquanto tais terras foram cedidas como terras não utilizadas, vários membros da comunidade reivindicaram subsequentemente uma compensação pelo cultivo existente e/ou passado. Foi acordado que os usuários existentes das terras cedidas serão compensados usando a mesma estrutura usada para famílias com machambas dentro da área de abrangência do Projecto. Para apoiar a compensação para os usuários da terra existentes, foi implementado um levantamento dos usuários da terra



existentes e foi elaborado um contrato de compensação da Terra Agrícola de Substituição. O processo de assinatura de acordos e de compensação ocorrerá à medida que as áreas de terras agrícolas de substituição forem desenvolvidas.

### *Outras questões*

Periodicamente, surgem questões específicas e procuramos resolvê-las prontamente.

Como exemplo, a JA! levanta a questão da comunidade de Macala que enviou uma carta ao Provedor de Justiça em 18 de Fevereiro de 2019, a manifestar a insatisfação com a colocação de marcos nos seus campos agrícolas/machambas. Apesar de a carta ter sido enviada ao Governo com o objectivo de levantar um aspecto que não está directamente relacionado com a empresa, entendemos que a nossa abordagem de providenciar compensações de machambas para usuários de terra em áreas designadas para desenvolvimento como terras agrícolas de substituição resolveu essa preocupação.

Igualmente, a JA! levanta certas questões em relação às comunidades de pescadores. É importante observar que as famílias realocadas de aldeias localizadas na costa praticam meios de subsistência diversificados, conforme descrito acima. Embora a mudança tenha afectado o acesso imediato das famílias às áreas entre marés e áreas de pesca, novas estradas comunitárias estão sendo construídas para facilitar o acesso alternativo à costa e o projecto tem providenciado transporte para facilitar o movimento de Quitunda para a costa. A TEPMA1 está ciente do tempo necessário para que indivíduos, famílias e comunidades se adaptem às novas circunstâncias e está a apoiá-los a fazer essa transição. É importante observar que na Península de Afungi, existem também muitos exemplos de famílias localizadas no interior (por exemplo, Quitupo e Senga) que tradicionalmente têm acesso à costa a pé para praticar a colecta e pesca entre marés.

**(v) Quais são as medidas adoptadas pela empresa para, por um lado, reduzir as tensões sociais existentes actualmente e, por outro, impedir que o projecto deteriore as condições de vida das famílias locais?**

A TEPMA1 está comprometida em apoiar e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico aos níveis local, regional e nacional. O desenvolvimento do projecto catalisará o desenvolvimento socioeconómico num grande espaço demográfico e geográfico. Vários planos de gestão, incluindo o plano de desenvolvimento regional/gestão de migração induzida pelo projecto, o plano de gestão e monitoria da saúde na comunidade, o plano de controlo da malária na comunidade, os planos de conteúdo local e de investimento social, descrevem várias contribuições que impactam a gestão e desenvolvimento.

Adicionalmente, a TEPMA1 esteve igualmente envolvida na mitigação dos impactos de desafios substanciais enfrentados na província de Cabo Delgado e, especialmente, no norte do país nos últimos dois anos. Em 2019, a TEPMA1 apoiou activamente os esforços de ajuda humanitária associados ao ciclone Kenneth. Em 2020, após fortes chuvas e o colapso de pontes e a perda de rotas de fornecimento para os distritos do norte, a TEPMA1 forneceu ao governo da província uma embarcação por 5 meses para facilitar o transporte de produtos básicos (alimentos, combustível) de Pemba a Mocímboa da Praia e em diante às populações nos distritos do norte da província, contribuindo activamente para a assistência humanitária e para a vulnerabilidade da população em geral.

**(vi) Que medidas a empresa está a tomar para proteger os direitos e interesses dos grupos sociais mais vulneráveis?**

Em relação à vulnerabilidade, a implementação do Plano de Reassentamento inclui o desenvolvimento e a implementação do Programa de apoio a Pessoas Vulneráveis (VPP) que visa identificar e ajudar essas famílias. Além disso, uma equipa de Monitoria e Avaliação de Reassentamento foi criada para rastrear a



implementação dos programas de reassentamento (incluindo restabelecimento e desenvolvimento de meios de subsistência e desenvolvimento e VPP) e confirmar se eles obtiveram os resultados pretendidos. Essa monitoria também avaliará as mudanças no contexto socioeconómico; mudanças na situação familiar; a eficácia dos planos de restauração de meios de subsistência propostos e, com isso, permitir a evolução e adaptação contínua dos programas de restauração de meios de subsistência para alcançar os objetivos determinados. Como parte desse processo, a equipa de monitoria e avaliação do reassentamento está igualmente a desenvolver a base de dados para rastrear o bem-estar das famílias afectadas pelo reassentamento.

#### *Segurança e Tensão Social*

A TEPMA1, como operadora, trabalha em colaboração com o governo e todas as partes interessadas para promover um ambiente de trabalho seguro para seus trabalhadores e comunidades locais. Até onde sabemos, as tensões sociais ou de segurança não estão relacionadas aos projectos de gás. Um plano de segurança baseado na comunidade foi desenvolvido, alinhado aos princípios da IFC.

A TEPMA1 aplica os Princípios Voluntários das Nações Unidas sobre a Segurança e Direitos Humanos (VPSHR). Desde que assumiu a operação do Projecto, a TEPMA 1 manteve a organização de segurança criada pelo operador anterior (Anadarko), adaptando-a ao aumento das obras de construção e ao início das actividades marítimas.

As relações com as forças de segurança pública de Moçambique são regidas por um acordo-quadro datado de 1 de Março de 2019, entre o Governo de Moçambique e as empresas que operam o Projecto MozLNG e o projecto Rovuma LNG (cujas operações são geridas pela Exxon Mobil *onshore* e pela ENI *offshore*). As forças de segurança pública são destacadas, sob o comando do Ministério da Defesa de Moçambique, na Península de Afungi para garantir a segurança das operações do projecto, trabalhadores e população. A formação sistemática em VPSHR é fornecido aos membros das forças de segurança pública envolvidas na protecção do local do projecto.

#### **4. Gestão da Mudança Social**

- (vii) Qual é o plano de acção da Total, juntamente com as outras partes envolvidas (governo local, comités de reassentamento, sociedade civil), para obter uma redução efectiva na ocorrência dos vários problemas aqui levantados?**
- (viii) Como a Total pode estar “comprometida com o respeito aos Direitos Humanos, onde quer que opere”, considerando o agravamento das condições sociais causadas por seus projectos, especialmente para as populações mais vulneráveis e desprotegidas?**

A TEPMA1, como operadora, desenvolveu e está em várias etapas na implementação de um conjunto de planos de gestão social que visam garantir que os possíveis impactos sejam geridos. Esses incluem:

- engajamento de partes interessadas,
- reassentamento,
- gestão da migração induzida pelo projecto,
- gestão e monitoria da saúde comunitária,
- plano comunitário de controlo da malária,
- estratégia de investimento social com foco em saúde, educação e diversificação económica.



Embora os detalhes substantivos desses planos e sua contribuição para a gestão da mudança social não estejam muito detalhados nesta carta, o Plano de Gestão da Migração Induzido pelo Projecto inclui, como exemplo:

- promoção de estruturas de múltiplas partes interessadas,
- elaboração do planeamento espacial e urbano,
- promoção da consciencialização sobre taxas aceleradas de mudanças socioeconómicas,
- fortalecimento da comunidade para promover a gestão e a apropriação de tais mudanças,
- programa de saúde comunitária,
- avaliação e gestão de recursos naturais, etc..

Para além do gestão de questões directamente levantadas pelas actividades do Projecto, o nosso objetivo é estabelecer uma base para o desenvolvimento a longo prazo das comunidades. Por esse motivo, através da estratégia de investimento social, o projecto igualmente actua em actividades dentro da comunidade em geral para promover o desenvolvimento social, como saúde, educação e diversificação económica. Por exemplo, a Technoserve foi contratada para desenvolver e implementar o programa Catalisa de cinco anos que promove o agronegócio (aves, ovos e horticultura) em alguns distritos da província de Cabo Delgado. Da mesma forma, a Pathfinder International foi contratada para implementar um programa de saúde comunitária integrado de 5 anos no distrito de Palma e Vila de Mocimboa da Praia. Estes programas estão alinhados com as prioridades de desenvolvimento identificadas no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta aprovado pelo Governo de Moçambique.

Em resumo, a TEPMA1 e seus parceiros estão fortemente comprometidos em apoiar o amplo desenvolvimento socioeconómico nos níveis local, regional e nacional. Longe de ter um impacto socioeconómico negativo, espera-se que o desenvolvimento do projecto catalise o desenvolvimento socioeconómico em um grande espaço demográfico e geográfico.

#### *Direitos humanos*

A TEPMA1 está comprometida em respeitar os Direitos Humanos e está em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios estabelecidos nas convenções fundamentais da OIT, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos.

Já em 2015, uma Avaliação de Impacto em Direitos Humanos (HRIA) específica foi realizada. No início de 2020, foi lançada uma revisão desses estudos com o objectivo de avaliar as medidas em vigor e actualizar a HRIA.

#### **5. *Pandemia de Coronavírus e COVID-19 na Área de Operações do Projecto***

- (ix) **Que medidas foram tomadas a priori (antes da confirmação do primeiro caso de COVID-19) dentro das instalações da empresa para impedir a propagação da doença?**
- (x) **Quando a Total estenderá o enorme esforço de testes do COVID-19 para as comunidades locais que foram expostas a esta doença pelos trabalhadores da Total?**
- (xi) **Considerando a vulnerabilidade das comunidades locais à pandemia do COVID-19, que medidas concretas a empresa está a tomar para impedir que seus trabalhadores das áreas de limpeza, cozinheiros e outros prestadores de serviços básicos, que se movimentam entre a empresa e suas comunidades, não sejam infectados pelo vírus?**



(xii) É do nosso conhecimento que em 8 de Abril, ou seja, 6 dias após a descoberta dos primeiros casos de COVID-19 nos trabalhadores da Total, a empresa decidiu encerrar parte de suas actividades, embora outras mantiveram-se. Em relação a essa semi-paragem, gostaríamos de solicitar os seguintes esclarecimentos:

- Quais sectores da empresa estão em operação durante o estado de emergência?
- Por que essas actividades não podem ser interrompidas?
- Quais são as medidas de protecção e higiene implementadas e qual é o nível de protecção dos trabalhadores envolvidas nessas actividades??

A saúde e a segurança dos trabalhadores e das contratadas são a nossa prioridade. Todas as medidas necessárias são implementadas para garantir a segurança do pessoal que trabalha nas respectivas áreas.

Em Fevereiro de 2020, 3 800 pessoas estavam a trabalhar no local do projecto em Afungi. Parte da equipa foi alojada no acampamento no local do projecto, enquanto outra parte foi alojada nas aldeias vizinhas.

Desde o início de Março de 2020, as equipas da TEPMA1 estavam a acompanhar activamente o desenvolvimento da crise global e a se preparar para a devida resposta.

No dia 11 de Março, Moçambique anunciou a quarentena obrigatória de 14 dias para viajantes que entram no país oriundos de países afectados pela epidemia.

Após os primeiros casos de Covid-19 em Moçambique, em 22 de Março, e depois do primeiro caso no local do projecto de Afungi, a TEPMA1 reduziu significativamente o pessoal no local do projecto. Em 11 de Maio, no local do projecto havia apenas 420 pessoas, encarregadas de garantir a segurança e a manutenção do acampamento e equipamentos, contra 3 800 em Fevereiro de 2020.

Em 1 de Abril, a TEPMA1 identificou e imediatamente declarou às autoridades competentes o primeiro caso de Covid-19 no local do Projecto. Após a detecção deste caso, a TEPMA1 isolou imediatamente o local e interrompeu todas as actividades de engajamento com as comunidades locais, a fim de evitar riscos de transmissão de vírus na área. Adicionalmente, em contacto com as autoridades de saúde, a TEPMA1 conduziu uma identificação de todos os casos de contacto próximos, implementou um plano de redução de equipa e actividades no local do projecto e realizou campanhas de desinfecção e testes sistemáticos de PCR do pessoal que permaneceu no acampamento.

Em 28 de Maio, o Instituto Nacional de Saúde declarou que o acampamento do projecto em Afungi estava “sob controlo” em relação ao Covid-19 e não apresentava nenhum risco de transmissão para o exterior.

Em 7 de Junho, numa conferência de imprensa, o Ministério da Saúde anunciou que a TEPMA1 estava autorizada a retomar as suas operações, devendo aplicar todos os protocolos de saúde em vigor.

A TEPMA1 implementou, em articulação com as autoridades de saúde de Moçambique, medidas rigorosas para todas as categorias de trabalhadores, a fim de ser capaz de remobilizar e retomar as actividades de construção nas condições de saúde e segurança necessárias para os seus trabalhadores, subcontratadas e comunidades vizinhas.

Finalmente, a TEPMA1 apoiou e continua a apoiar as autoridades moçambicanas, para além das suas próprias operações, para ajudá-las a gerir a epidemia (por exemplo, doação de: máscaras e outros equipamentos de protecção; kits e reagentes para amostras de PCR; reabilitação de parte do Hospital Provincial de Pemba (50 camas) para servir como ala de isolamento; montagem de um laboratório de PCR em Pemba; aquisição de 5 ventiladores e termómetros infravermelhos para os centros de saúde da Província de Cabo Delgado; doação de uma tenda de isolamento para o centro de saúde em Palma). Além do acima referido, vários parceiros de implementação trabalharam nas comunidades de Palma e Afungi para sensibilizar as comunidades sobre o coronavírus e o uso de medidas apropriadas para prevenir e mitigar a transmissão do vírus.